

## SUMÁRIO EXECUTIVO

No presente Relatório, o Instituto de Seguros de Portugal (ISP) apresenta os elementos estatísticos mais relevantes que caracterizam o Sector Segurador e Fundos de Pensões em 2008, bem como as conclusões da análise efectuada à situação e evolução do mercado. Deste modo, procurou compreender-se – através da respectiva identificação, caracterização e avaliação – a magnitude dos valores registados para o ano em questão, tendo em conta as tendências evolutivas dos sectores em apreço e o contexto económico-financeiro nacional e internacional em que estas se inserem.

Em 2008, o enquadramento económico-financeiro e macroeconómico foi particularmente invulgar em termos do comportamento dos principais indicadores e variáveis. Marcado pelo agudizar da crise financeira que deflagrou no seguimento da escassez de liquidez originada pelo mercado norte-americano de crédito hipotecário residencial de elevado risco (*subprime*), 2008 caracterizou-se por uma paralisação dos mercados interbancários de crédito a nível mundial com significativas repercussões nos mercados de capitais, uma quebra generalizada dos índices de confiança e um aumento acentuado do risco de contraparte. Neste âmbito, os principais mercados financeiros registaram quebras expressivas, tendo a capitalização da Euronext (Zona Euro) e da New York Stock Exchange (EUA) decrescido 48% e 44%, respectivamente.

O substancial agravamento das condições financeiras teve uma influência decisiva na desaceleração da actividade económica. No período em análise assistiu-se, assim, a uma elevada volatilidade dos preços a nível mundial (afectados sobretudo pela variação das principais matérias-primas, essencialmente, petróleo) tendo-se registado uma forte subida na primeira metade do ano, seguida por uma acentuada diminuição no segundo semestre. Como consequência, enquanto se mantiveram as pressões inflacionistas (nos primeiros meses do ano) as taxas de juro directoras das principais economias permaneceram elevadas, diminuindo consideravelmente (175 pontos base Zona Euro) no final do ano como resultado das medidas de incentivo económico.

Dado o elevado grau de integração económica e financeira com as restantes economias da Zona Euro, a economia portuguesa não foi excepção a esta evolução dos indicadores macroeconómicos, tendo registado uma variação anual do índice de preços do consumidor (com habitação) de 2,6% e uma estagnação do crescimento do PIB (0%). Este comportamento influenciou o volume de produção global da actividade seguradora para os ramos Não Vida, o qual apresentou uma redução de 2%. No entanto, no cômputo global da actividade seguradora, verificou-se um crescimento de aproximadamente 12% em resultado de um incremento de 18,6% da produção no ramo Vida, devido sobretudo ao reinvestimento de montantes provenientes de resgates e de capitais vencidos. O volume de prémios da actividade seguradora totalizou cerca de 15 mil milhões de euros.

As empresas de seguros sob a supervisão do ISP apresentaram, em 2008, resultados líquidos na ordem dos 30 milhões de euros negativos, que comparam com o valor de 641 milhões de euros obtido em 2007. Os resultados técnicos do ramo Vida cifraram-se em -33 milhões de euros, devido à evolução desfavorável dos custos com sinistros e da componente financeira, enquanto nos ramos Não Vida se obteve um resultado técnico positivo de 148 milhões de euros, ainda assim 60% inferior ao do ano transacto, essencialmente por via do comportamento negativo da função financeira.

Do ponto de vista das grandes massas patrimoniais, constata-se que o Activo decresceu 0,4%, reflectindo o impacto da turbulência nos mercados financeiros sobre o valor dos activos financeiros, enquanto no Passivo se registou um incremento de 1,1%. Por conseguinte, esta disparidade justifica a evolução negativa constatada ao nível do Capital Próprio do sector, que se contraiu 19,6% em 2008.

Em termos do Balanço da actividade do ramo Vida, verificou-se uma evolução diferenciada das rubricas Passivos financeiros e Provisões técnicas (um crescimento de 4,6% e uma quebra de 4,4%, respectivamente), o que conduziu a que o valor da primeira ultrapassasse o da segunda, passando os Passivos financeiros a configurar-se como o elemento mais representativo do Passivo. As Provisões técnicas dos ramos Não Vida registaram um ligeiro aumento de 0,9% face a 2007.

No que se refere ao Activo, observou-se um incremento, em valor absoluto, de todas as componentes deste agregado, com excepção dos investimentos que representam mais de 90% do total. Em termos globais, a estrutura de investimentos não sofreu alterações significativas face à existente nos dois últimos anos, sendo apenas de referir a diminuição do peso das aplicações em acções, por contrapartida de depósitos.

De acordo com as regras do novo plano de contas, o valor do Capital Próprio em 2008 atingiu os 3.034 milhões de euros, uma diminuição de 740 milhões de euros face a 2007, em virtude da degradação do valor das Reservas de reavaliação (-734 milhões de euros), resultante do reconhecimento de perdas por ajustamentos no justo valor de activos financeiros. Apesar de o Resultado Líquido do exercício ter sido negativo, este teve uma contribuição marginal para a redução dos Capitais Próprios. Em contrapartida, contribuíram positivamente para os Capitais Próprios os aumentos de capital realizados por várias empresas (184,4 milhões de euros), assim como o incremento registado ao nível da Reserva por impostos diferidos (162,3 milhões de euros).

Em 2008, e tendo por base as evoluções descritas nos parágrafos anteriores, assistiu-se a uma diminuição do nível de cobertura da margem de solvência da actividade global, que passou a registar 157%, uma redução de cerca de 12 pontos percentuais face a 2007, continuando, no entanto, este indicador a situar-se em patamares confortáveis.

No que diz respeito aos fundos de pensões, o seu montante total ascendia a 20.282 milhões de euros no final de 2008, o que representa um decréscimo de 9,3% em relação ao valor observado em 2007. As contribuições anuais tiveram um incremento muito acentuado (na ordem dos 141%), devido às necessidades de financiamento resultantes das quedas observadas nos mercados financeiros. No que toca à composição do mercado de fundos de pensões português não se registaram alterações significativas face a 2007, tendo os fundos de pensões profissionais mantido a sua predominância, acumulando 97% do montante total. Os planos de contribuição definida (CD) representaram mais de metade (55,3%) do número total de planos financiados por fundos de pensões profissionais (face a uma percentagem de 49,7% em 2007). No entanto, o seu peso continua a ser pouco expressivo em termos de montante quando comparado com os planos de benefício definido (BD) – representando apenas aproximadamente 2% dos fundos de pensões profissionais.

De acordo com a regulamentação em vigor relativa ao mínimo de solvência, o nível de financiamento dos fundos de pensões fechados e das adesões colectivas a fundos abertos que financiam planos de BD ou mistos era, em termos agregados, a 31 de Dezembro de 2008, de 107% (116% em 2007). No entanto, o nível de financiamento médio, considerando o cenário de financiamento, era de 99%, face a 105% observados em 2007.

A estrutura do presente Relatório permanece fiel à que tem vindo a ser adoptada nos últimos anos, sendo segmentado em nove capítulos. Ao enquadramento macroeconómico, nacional e internacional, segue-se o capítulo com a descrição dos factos mais relevantes da actividade seguradora, nomeadamente, a evolução, a estrutura, a situação económica e ainda a situação patrimonial. Os capítulos seguintes centram-se na actividade de mediação de seguros, de resseguro, na gestão de fundos de pensões e na descrição das características dos respectivos planos de pensões. Por seu turno, a análise da evolução e desempenho das carteiras de investimentos afectas às Provisões técnicas das empresas de seguros e aos fundos de pensões é efectuada no Capítulo 6 ao qual se segue a análise sobre os produtos PPR/E e PPA.

A componente de investigação que habitualmente integra o presente Relatório, na secção dedicada aos estudos, aborda a evolução da mortalidade das pessoas seguras e dos beneficiários dos fundos de pensões e a *performance* dos fundos de pensões em termos de rendibilidade e risco. Por fim, o capítulo referente ao enquadramento jurídico da actividade seguradora e de fundos de pensões durante o ano em apreço encerra o Relatório.